

“Sejamos patriotas”: um estudo sobre os livros escolares (1889-1971)

Tiziana Ferreroⁱ 

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Resumo

Busca-se reconstituir as práticas de leitura e analisar a contribuição das obras na disseminação de um ideal de sociedade que se almejava formar após a instauração da República. De modo a esclarecer os múltiplos sentidos da leitura, os fundamentos teórico-metodológicos da história cultural e das disciplinas escolares são o meio pelo qual será trilhada a escrita do presente estudo. Foi realizado o levantamento de livros de leitura destinados ao antigo ensino primário presentes na Biblioteca do Livro Didático da FE-USP e foram elencadas categorias operatórias para direcionar a pesquisa. Concluiu-se que as fontes analisadas denunciam em parte o funcionamento do ensino primário, uma vez que apontam para o intuito de civilizar a infância, inculcando padrões de pudor e vergonha necessários ao convívio social de uma nação que estava se consolidando.

Palavras-chave: História da Educação. Cultura escolar. Leitura. Livro didático.

“Let’s be patriots”: a study of Brazilian text books (1889-1971)

Abstract

This paper seeks to reconstitute reading practices and analyze the contribution of Brazilian textbooks in the dissemination of an ideal of society after the establishment of the First Brazilian Republic. In order to clarify the multiple meanings of reading, the theoretical-methodological foundations of cultural history and history of school subjects are the means by which the writing of this study will be followed. A survey of textbooks for the former primary education in the Biblioteca do Livro Didático at FE-USP was carried out and operational categories were necessary to guide the research. It was concluded that the analyzed sources partially reveal the functioning of primary education, as they point to the aim of civilizing childhood, by inculcating patterns of shame necessary for a nation that was consolidating.

Keywords: History of Education. School Culture. Reading. Textbook.

1 Introdução

Desde as últimas décadas do século XX, as pesquisas acadêmicas vêm evidenciando um crescente interesse na história dos manuais escolares. Abarcando os mais variados campos e perspectivas teórico-metodológicas, a produção científica brasileira tem demonstrado a necessidade de se atentar à cultura material

da escola, outrora menosprezada. Logo, por partilhar do entendimento de que o manual didático é “[...] um dos símbolos da cultura escolar, um depositário privilegiado do saber a ser ensinado” (BITTENCOURT, 1993, p. 283), este trabalho toma como objeto e fonte de estudo os livros de leitura destinados ao antigo ensino primário. Tais impressos são aqui concebidos como instância privilegiada ao campo histórico-educacional, uma vez que sua análise permite situar as disputas que se deram na realidade brasileira.

Com o intuito de reconstituir as práticas de leitura do final do século XIX e parte do século XX, as obras escolares situadas na Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo foram esmiuçadas e os dados foram posteriormente confrontados. Para tanto, foram realizados fichamento, sistematização e análise, com a finalidade de entrelaçar a pesquisa documental à literatura já existente sobre a temática.

À luz da história cultural e das disciplinas escolares, este relatório final discorre sobre os sentidos da leitura do período entre 1889 e 1971. O advento da Primeira República é o marco inicial do presente trabalho, em virtude da efervescência republicana que produziu grandes mudanças no cenário brasileiro e, em particular, na instrução pública. O marco final é o ano de 1971, data em que ocorre a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692, à qual alterou profundamente a organização do ensino no Brasil. Assim, a partir da análise das fontes, pretendemos desvendar as práticas de leitura escolar, de maneira a “[...] identificar e deslindar os processos de sua formação, transformação e permanência” (AZANHA, 1991, p. 74). O caminho percorrido revelou os conflitos e negociações que se inseriram no espaço-tempo escolar.

1.1 A leitura e a obra didática: primeiras aproximações

Desde o final do século XVIII até o século XIX, as políticas educacionais estavam convencidas da instrumentalidade e neutralidade do ato de ler, que eram as garantias de sua eficácia social. Ao transformar os valores e os hábitos da

juventude, compreendia-se que “ensinar a ler um grupo social até então analfabeto é apresentá-lo ao poder, com direito infinito, do livro” (HEBRARD, 2001, p. 36).

Na França oitocentista, o acesso à cultura escrita culminou em intensos debates sobre a leitura na esfera pública. Tal qual a Igreja, a escola concorriam para enquadrar as leituras impróprias do povo, denunciando os perigos das más leituras que se propagavam com a revolução industrial da edição e da imprensa (CHARTIER, 2003). Para Anne-Marie Chartier (2003, p. 42), ambas as instituições controlam e legitimam um sistema de exclusões, pregando “[...] as leituras dirigidas, as leituras lentas, as releituras indefinidas dos grandes textos em que os mestres comentam textos escolhidos”. A partir de 1870, a escola impõe-se enquanto “[...] ‘único melhor sistema’”, isto é, como a única forma concebível e imaginável de assegurar a educação das crianças” (NÓVOA, 2009, p. 2). Valendo-se de um espaço e tempo próprios (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 2001), a escola moderna se consolida como a instituição responsável por esclarecer as novas gerações. Em suma, ensinar a ler, escrever, contar e a se comportar (BOTO, 1997).

Semelhante ao anseio de outros países ocidentais percebe-se, no Brasil, a crença de que a educação promoveria o progresso e o avanço da civilização (SOUZA, 2000). Acreditava-se que inserir a criança no mundo letrado resultaria na formação de um novo homem e, assim, na transformação da sociedade (BOTO, 1999). Em face à precária formação do magistério seria preciso, ainda, ensinar a ensinar o professorado (SILVA, 2019).

Tendo em conta a multiplicidade de sentidos atribuídos aos livros escolares, cujo emaranhamento leva a diversas apropriações de um mesmo texto (CHARTIER, 2002), a abordagem histórico-cultural permitiu esmiuçar os fazeres ordinários (CHARTIER, 2000). Localizada “sob o guarda-chuva da nova história cultural” (VIÑAO FRAGO, 2008, p. 188), a história das disciplinas escolares possibilitou apreender a escola enquanto produtora do saber. Os fundamentos teórico-metodológicos de ambas as abordagens são, perante o exposto, o meio pelo qual é trilhada a escrita deste trabalho.

As pesquisas que se debruçam sobre os discursos presentes nas obras didáticas indicam que a circulação de saberes não acontece sem embates (CASTELLANOS, 2012; KLINKE, 2003). Como atestam as subversões nos artefatos escolares e nas fontes iconográficas (BITTENCOURT, 1996; VIDAL, 2009), o processo de internalizar determinados conhecimentos durante o decorrer da trajetória dos estudantes não ocorrerá passiva e homoganeamente. Nesta perspectiva, partimos da premissa de que os impressos escolares de 1889 a 1971 procuravam, através da leitura de textos considerados adequados aos alunos, imprimir comportamentos e habilidades que se instalariam como “segunda natureza” (ELIAS, 1994).

Considerando que “[...] mesmo o mais claro e complacente dos documentos não fala senão quando se sabe interrogá-lo. É a pergunta que condiciona a análise” (BLOCH, 2001 *apud* RODRIGUES; BICCAS, 2015, p. 152), algumas questões foram previamente levantadas. Instiga-nos em que medida os livros didáticos contribuíram para a formação do cidadão republicano e o modo que apareciam os códigos de civilidade e os comportamentos ensinados. Diante deste cenário, buscamos investigar as intenções dos discursos, que prescrevem e incitam normas de leitura (CHARTIER; HÉBRARD; 1995); à materialidade do impresso, aos sentidos indicados pelos autores e editores para a interpretação correta do texto, bem como para a apropriação¹ do leitor, que não apenas está fora do alcance daqueles que planejaram a obra (CHARTIER, 2001), mas varia de acordo com a habilidade leitora, domínio na temática e experiência de vida (VIDAL, 2014).

2 Metodologia

Partilhando do entendimento de Melo (2010, p. 17) de que “[...] em alguns momentos, o pesquisador deve ‘deixar os fatos falar’, em outros, deve fazê-los falar, ou seja, deve desvendar a mensagem e o sentido subjacente que neles se

¹ Segundo Chartier (2002, pp. 27-28), “a apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem”.

encontra”, a investigação consistiu em escrutinar as informações contidas no *corpus* documental e articular com a pesquisa bibliográfica. O caminho adotado para a metodologia foi a realização da coleta e classificação dos conteúdos presentes nas fontes. O posterior cruzamento dos dados obtidos permitiu uma interpretação mais acertada.

Ao refletir sobre este trabalho, alguns pontos se traduziram em questões de pesquisa: *Quais eram os códigos de civilidade e comportamentos veiculados nas obras do período? Em que medida a circulação, produção e apropriação do corpus documental contribuíram para formar o cidadão republicano?*

Objetivando trazer respostas aos questionamentos, foi considerada a distância² entre o prescrito e o que, com efeito, acontecia em sala de aula, no sentido de que o difundido nas fontes não necessariamente era seguido pelos agentes envolvidos no processo formativo. Com efeito, talvez as apropriações dos alunos também não fossem de acordo com o esperado pelos textos oficiais.

Procuramos evidenciar os pormenores (GINZBURG, 1989) e, tal como Klinke (2003), assumimos uma “postura de desconfiança” em relação ao cumprimento das ordens, particularmente por não tomar as obras didáticas como “expressão sublimada da realidade pedagógica” (CHERVEL, 1990, p. 189). Além disso, por compreender que “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (GINZBURG, 1982, p. 65), buscamos elucidar o contexto em que foram produzidas as fontes, como também os interesses (explícitos ou não) dos responsáveis por produzi-los (LE GOFF, 1990). Os referenciais teórico-metodológicos que utilizam as ideias centrais da história cultural e das disciplinas escolares permitiram captar a complexidade da leitura e lançar luz sobre as circunstâncias históricas, sociais, políticas, etc. O fichamento, sistematização e confronto das informações obtidas possibilitaram entrelaçar os dados com a literatura existente sobre a temática. Cabe destacar que o conceito de

² Segundo Anne-Marie Chartier (2000, p. 165), o professor se situa em um território de disputa, dado que há pressões implícitas e explícitas que influenciam a atuação docente e limitam, em certa medida, suas práticas. A autora adverte que “[...] não se pode confundir o espaço de ações potencialmente *autorizadas* institucionalmente e o espaço de ações praticamente investidas por um docente dado”.

cultura escolar, como concebido por Julia (2001), foi nuclear para o trabalho realizado e sustentaram a análise das fontes.

No que concerne à pesquisa documental, foi realizado um levantamento dos livros de leitura destinados ao antigo ensino primário presentes na Biblioteca do Livro Didático (BLD) da Faculdade de Educação da USP. Foram escolhidos quatro critérios para nortear a seleção dos livros escolares: a) que não somente eram utilizados na sala de aula, mas que tinham finalidade didática; b) que permaneceram por década (s) no âmbito escolar; c) que eram indicados pelo poder público e/ou por professores e intelectuais renomados. Para uma melhor interpretação dos dados foram elencadas algumas categorias operatórias, que guiaram a análise de cada fonte, a saber: comportamentos ensinados e códigos de civilidade.

6

3 Resultados e Discussões

Desde o final do século XIX, os republicanos franceses percebem a potencialidade da instrução pública, obrigatória e laica. A emancipação e transformação social obtida pelo acesso à cultura escrita reforçaria o partido do progresso. A missão da instituição escolar era, sobretudo, ensinar a ler, sendo que o progresso da Pátria estaria intrinsecamente ligado ao sucesso desta empreitada (CHARTIER; HÉBRARD; 1995). Neste contexto, como salienta Julia, “[...] não se trata somente de alfabetizar, trata-se de forjar uma nova consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de ‘progresso’” (JULIA, 2001, p. 23).

Jules Ferry, ministro da Instrução Pública da França declarava no fim do século XIX a importância do manual didático para os defensores republicanos: “aquele que é mestre do livro é mestre da educação” (CHOPPIN, 1998, p. 185). Os livros escolares eram compreendidos como instrumento de poder fundamental ao projeto republicano e, em razão de se destinarem às gerações mais jovens, no parecer de Choppin (2002, p. 560), “[...] constituíram-se e continuam a se constituir como poderosos instrumentos de unificação, até mesmo de uniformização nacional, linguística, cultural e ideológica”.

Nesta perspectiva, as fontes analisadas indicam atitudes que devem ser tomadas pelo estudante ao longo de sua trajetória, como por exemplo, ser assíduo às aulas, estudar em casa e, ao fim do ano letivo, guardar o livro de leitura com cuidado e zelo. Além disso, é imprescindível que se aplique nos afazeres escolares e tenha um comportamento exemplar (SODRÉ, 196-), afinal um aluno que estuda suas lições é, como reforçado constantemente nos documentos, um patriota que contribui ao engrandecimento do país. Cabe ao professor, por outro lado, possuir determinadas condutas, como não constranger o aluno, limitando-se a chamar atenção a frases que não forem bem empregadas (ROCA; OLIVEIRA, 1914), não castigar o aluno motivado pela vingança, mas como um ato corretivo (SANTOS, 1957) e, principalmente, aproveitar toda e qualquer oportunidade para contar à turma “as belezas e riquezas de nossa terra” (SANTOS, 1942).

Além disso, existe a crença de que se os códigos de civilidade forem seguidos, o Brasil se tornaria um dos países mais desenvolvidos do mundo (ROCA; OLIVEIRA, 1914, p. 149). Sendo assim, os conhecimentos úteis não deveriam ser apenas assimilados pelas crianças, mas incorporados às suas almas. As riquezas e maravilhas do território brasileiro, o respeito aos homens notáveis que contribuíram ao sucesso da pátria, a importância do trabalho, o culto à bandeira e ao hino nacional são temas recorrentemente tratados nos documentos.

Os personagens dos contos e anedotas parecem estar sempre a postos para fazer o bem; e o fazem de boa vontade, tendo em conta que cumprir com gosto os afazeres revela as aptidões e os finos hábitos do sujeito (ROCA; OLIVEIRA, 1914). Os indivíduos estão constantemente sendo preparados para, quando convocados, cumprir seu dever cívico e moral, afinal “depois dos pais, que recebem o nosso primeiro grito, o solo pátrio recebe os nossos primeiros passos” (SANTOS, 1957, p. 107). O povo deve ser capaz de todos os sacrifícios em defesa de seu país (SOUSA, 195-, p. 14). Honrar a pátria é, pois, a missão de todos os brasileiros.

Como sublinhado por Boto (1999, p. 241), é “como se a mensagem fosse dirigida expressamente ao adulto que, de antemão, se sabia que a criança viria a ser”, ou ainda como se os ensinamentos, à medida que fossem lidos, fossem ser inculcados. O trabalho ocupa uma posição de destaque nos documentos analisados.

Assim como as abelhas, as formigas, as ovelhas e tantos outros animais laboriosos que aparecem nos documentos, cada ser tem um trabalho específico e digno. Desde os mais ricos aos mais pobres, todos devem trabalhar, em razão de que “a pátria, para seu constante progresso, exige que seus filhos sejam trabalhadores” (SOUSA, 195-, p. 82). Neste ínterim, o discurso prescritivo e moralizante presente nos documentos indicam as atitudes, condutas, normas que deverão ser seguidas pelas gerações mais jovens.

4 Considerações finais

A partir do final do século XIX, a escola primária brasileira se consolida como a instituição que imprime progressiva e compulsoriamente valores, saberes e costumes padronizados. Alicerçado nos ideais nacionalistas, nota-se que as exigências impostas pelo novo modelo escolar procuraram conformar e disciplinar os corpos, de maneira a difundir padrões de comportamento que se instalariam como segunda natureza nas crianças e jovens (ELIAS, 1994). Dito de outro modo, seria preciso civilizar a infância, no sentido de orientar a conduta dos pequenos, para que fossem desenvolvidas virtudes necessárias à recém proclamada República.

Amparada pelo poder estatal, a expansão da escola teve como propósito partilhar crenças, normas e regras necessárias às amplas camadas da sociedade, procurando consolidar uma formação comum, uniforme e simultânea às crianças de toda a nação. Diante desse cenário, ao focar as dimensões políticas, históricas, editoriais e culturais, os livros escolares analisados revelaram conhecimentos considerados fundamentais às novas gerações em um dado período e sociedade.

Referências

AZANHA, José Mário Pires. Cultura escolar brasileira: Um programa de pesquisas. **Revista USP**, [S. l.], n. 8, p. 65-69, 1991. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i8p65-69. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/52136>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar.** 1993. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. doi:10.11606/T.8.2019.tde-28062019-175122. Acesso em: 2021-06-03.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Práticas de leitura em livros didáticos. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 22, n. jan. /jun. 1996, p. 89-110.

9

BOTO, Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis. **Ler, Escrever, Contar e se Comportar: a Escola Primária como Rito do Século XIX Português (1820-1910).** 1997. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. doi:10.11606/T.8.1997.tde-20032012-103942. Acesso em: 2021-06-03.

BOTO, Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis. **O mundo por escrito: usos e costumes da leitura escolar portuguesa no século XIX.** Revista de História das Ideias: o livro e a leitura. Instituto de Teoria e História das Ideias. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Volume 20. 1999. p. 229-255.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. **O livro escolar no Maranhão império: produção, circulação e prescrições.** 2012. 449 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103078>.

CHARTIER, Anne-Marie; HEBRÁRD, Jean. **Discursos sobre a leitura (1880-1980).** São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Anne-Marie. Fazeres ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação. **Educação e Pesquisa**, v.26, n.2, 157-168, 2000.

CHARTIER, Anne-Marie. Os modelos contraditórios da leitura entre formação e consumo. Da alfabetização à cultura de massa. **História da Educação.** ASPHE/ FaE/UFPel, Pelotas, n. 13 35-49, Abr. 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. .

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de leitura.** São Paulo: Estação Liberdade, p. 77-105, 2001.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **Revista História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 11 5-24, abr. 2002.

CHOPPIN, Alain. Os manuais escolares na França e a formação do cidadão. Porto Alegre: **Veritas**, v. 43, n. 5, p. 183-192, 30 dez. 1998.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 2v.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998; 2001.

GINZBURG, Carlo. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. .

HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar: como Valentin Jamerey-Duval aprendeu a ler? In: CHARTIER, Roger. (Org.), **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação liberdade, 2001.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

KLINKE, Karina. **Escolarização da leitura no ensino graduado em Minas Gerais (1906-1930)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

MELO, José Joaquim Pereira. Fontes e métodos: sua importância na descoberta de heranças educacionais. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, José Joaquim Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. (org.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados: MS, Ed. UFGD, 2010, p. 13-34.

NÓVOA, Antonio. Educação 2021: Para uma história do futuro. **Revista Iberoamericana de Educación**, nº 49, p. 181-199, 2009.

ROCA, Ramon; OLIVEIRA, Mariano de. **Novas Leituras**: terceira série. São Paulo, SP: Typ. Siqueira, Nagel, 1914. 206p.

RODRIGUES, Elaine; BICCAS, Maurilane de Souza. Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929 – 1930). **Acta Scientiarum. Education**, v. 37, n. 2, abr-jun, 2015, pp. 151-163.

SANTOS, Máximo de Moura. **O Pequeno escolar**: segundo livro. 68.ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 1942. 149p. (Série Moura Santos).

SANTOS, Máximo de Moura. MORAIS, Francisco Sousa. **Seleta escolar**: 4º livro. 9.ed. v.4 Francisco Alves, 1957. 208p.

SILVA, Vivian Batista da. **Livros que ensinam a ensinar**: um estudo sobre os manuais pedagógicos brasileiros (1930-1971). São Paulo, Appris, 2019.

SODRÉ, Benedicta Stahl. **Quarto livro Sodré**: livro de leitura para a quarta série primária. 191.ed.v.4 São Paulo, SP: Nacional; São Paulo Editora, 196-?. 191p. (Sodré).

SOUSA, Júlio de Faria e. **Leitura para o terceiro grau**. 7.ed. São Paulo, SP: Nacional, 195-?. 168p. (Série Braga).

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 20, n. 51, p. 9-28, nov. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/rTX58kXfdPkX5yXv6jMtPLJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 20 fev. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-3262200000200002>.

VIDAL, Diana Gonçalves. Em que os estudos de natureza histórica sobre o ensino da leitura e da escrita podem contribuir com as práticas de alfabetização na atualidade? [Prefácio]. In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (Org.). **História do ensino de leitura e escrita**: métodos e material didático. São Paulo: Editora Unesp, Marília: oficina universitária, p. 7-13, 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n.1, p 25-41, 2009.

VIÑAO FRAGO, Antonio. A história das disciplinas escolares. Trad. de Marina Fernandes Braga. **Revista Brasileira de História da Educação**. nº 18 set./dez. 2008.

ⁱ Tiziana Ferrero, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3865-8532>

Universidade de São Paulo

Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Desenvolve um estudo sobre os livros didáticos do ensino primário brasileiro, sob a orientação da Profa. Carlota Boto. É bolsista de iniciação científica pela FAPESP (Processo 19/22631-9).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3335229564208897>

E-mail: ferrero@usp.br

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

FERRERO, Tiziana; “Sejamos patriotas”: um estudo sobre os livros escolares (1889-1971). **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 1-12, 2021.